



SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CNPJ 09.266.129/0001-10

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Controladora					Controladora					Controladora				
Nota 31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023					Nota 31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023					31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023				
Ativo					Receita líquida					Lucro líquido do exercício				
Circulante					Custo dos serviços prestados					Outros resultados abrangentes				
Caixa e equivalentes de caixa					Lucro bruto					Resultado abrangente total				
Contas a receber de clientes					Recargas (despesas) operacionais					Acionistas controladores				
Estoque					Despesas gerais e administrativas					Acionistas não controladores				
Despesas antecipadas					Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
Dividendos e JSCP a receber					Resultado de equivalência patrimonial					Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Créditos com partes relacionadas					Resultado operacional antes do resultado financeiro					Controladora				
Operações com derivativos					Receitas financeiras					31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023				
Tributos a recuperar					Despesas financeiras					Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Convênio - PPP					Resultado financeiro					Lucro antes dos tributos sobre o lucro				
Outros ativos					Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					Ajustes para reconciliar o lucro líquido o fluxo de caixa líquido: Depreciação e amortização				
Ativos não circulantes					Contribuição social - corrente					Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos				
Mantidos para venda					Contribuição social - diferido					Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação				
Não circulante					Lucro líquido do exercício					Ganhos com operações de swap				
Aplicações financeiras vinculadas					Atribuível a:					Juros sobre mútuo				
Contas a receber de clientes					Acionistas controladores					Variações monetárias e cambiais				
Contratos de mútuo					Acionistas não controladores					Atualização monetária das contingências				
Tributos diferidos					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					Provisão para perdas de créditos das contas a receber				
Depósitos judiciais					Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Reversões de contingências				
Tributos a recuperar					Controladora					Resultado de equivalência patrimonial				
Operações com derivativos					31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023					Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível				
Ativo de direito de uso					Receitas					Resultado na alienação de investimentos				
Investimentos					Receita operacional					Perdas (ganhos) com derivativos				
Imobilizado					Receita de construção					Recarga de construção ativo financeiro - PPP				
Ativo de contrato					Outras receitas					Subsídio tarifário - PPP				
Intangível					Provisão para perdas de crédito das contas a receber					Resultado na baixa de arrendamento				
Total do ativo					Insumos adquiridos de terceiros					Provisão para perda em venda de investimentos				
Passivo					Custo das mercadorias e dos serviços prestados					Outros ajustes				
Circulante					Custo de construção					Variações dos ativos e passivos				
Fornecedores					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros					Contas a receber de clientes				
Empréstimos e financiamentos					Valor adicionado bruto					Estoque				
Passivos de arrendamento					Depreciação e amortização					Depósitos judiciais				
Debêntures e notas comerciais escriturais					Valor adicionado líquido produzido					Tributos a recuperar				
Obrigações tributárias					Valor adicionado recebido em transferência					Despesas antecipadas				
Obrigações trabalhistas					Resultado de equivalência patrimonial					Outros ativos				
Obrigações com acionistas					Receitas financeiras					Aplicações financeiras vinculadas				
Onus da concessão					Receita de construção					Fornecedores				
ICMS a devolver a clientes					Outras receitas					Onus da concessão				
Débitos com partes relacionadas					Provisão para perdas de crédito das contas a receber					Obrigações tributárias				
Adiantamentos de clientes					Insumos adquiridos de terceiros					Obrigações trabalhistas				
Outras obrigações					Custo das mercadorias e dos serviços prestados					Partes relacionadas, líquidas				
Não circulante					Custo de construção					ICMS a devolver a clientes				
Empréstimos e financiamentos					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros					Outras obrigações				
Passivos de arrendamento					Valor adicionado bruto					Imposto de renda e contribuição social pagos				
Debêntures e notas comerciais escriturais					Depreciação e amortização					Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos				
Provisão para perdas em investimentos					Valor adicionado líquido produzido					Pagamento de juros sobre arrendamentos				
Contratos de mútuo					Valor adicionado recebido em transferência					Pagamento de juros de debêntures e notas comerciais escriturais				
Obrigações tributárias					Resultado de equivalência patrimonial					Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais				
Tributos diferidos					Receitas					Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Provisões para contingências					Receita operacional					Adições ao imobilizado				
Patrimônio líquido					Receita de construção					Adições ao ativo de contrato e intangível				
Capital social					Outras receitas					Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível				
Reserva de capital					Provisão para perdas de crédito das contas a receber					Direito da concessão de exploração				
Reservas de lucros					Insumos adquiridos de terceiros					Valor recebido pela venda de investimento				
Ações em tesouraria					Custo das mercadorias e dos serviços prestados					Mútuo concedido				
Outros resultados abrangentes					Custo de construção					Recebimento de mútuo				
Participação de acionistas não controladores					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros					Aporte de capital em investidas				
Total do passivo e patrimônio líquido					Valor adicionado bruto					Dividendos e juros sobre capital próprio				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					Depreciação e amortização					Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos				
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Valor adicionado líquido produzido					Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos				
					Valor adicionado recebido em transferência					Dividendos e juros sobre capital próprio				
					Resultado de equivalência patrimonial					Dividendos e juros sobre capital próprio pagos				
					Receitas					Captação das debêntures e notas comerciais escriturais				
					Receita operacional					Captações de empréstimos e financiamentos				
					Receita de construção					Captações de mútuo				
					Outras receitas					Pagamento dos arrendamentos				
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber					Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais				
					Insumos adquiridos de terceiros					Pagamento de empréstimos e financiamentos				
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados					Pagamento de mútuo				
					Custo de construção					Derivativos recebidos				
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros					Parceria Público-Privada – PPP				
					Valor adicionado bruto					Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos				
					Depreciação e amortização					Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa				
					Valor adicionado líquido produzido					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
					Valor adicionado recebido em transferência					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
					Resultado de equivalência patrimonial					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas financeiras									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									
					Valor adicionado recebido em transferência									
					Resultado de equivalência patrimonial									
					Receitas									
					Receita operacional									
					Receita de construção									
					Outras receitas									
					Provisão para perdas de crédito das contas a receber									
					Insumos adquiridos de terceiros									
					Custo das mercadorias e dos serviços prestados									
					Custo de construção									
					Materiais, energia, serviço de terceiros e outros									
					Valor adicionado bruto									
					Depreciação e amortização									
					Valor adicionado líquido produzido									



SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CNPJ 09.266.129/0001-10

todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos, passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

	Participação¹	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionária Águas de Jutumaíba S.A.	90,53%	90,53%
Águas do Paraíba S.A.	90,86%	90,86%
Águas de Niterói S.A.	90,87%	90,87%
Águas do Imperador S.A.	90,87%	90,87%
Águas das Águas Negras S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Nova Friburgo Ltda.	100,00%	100,00%
Águas de Araçoiaba S.A.²	100,00%	100,00%
SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda.	100,00%	100,00%
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.³	100,00%	100,00%
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	100,00%	100,00%
Concessionária Águas de Paraty S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Jahu S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Pará de Minas S.A.	100,00%	100,00%
Gadugi Participações S.A.	100,00%	100,00%
Águas da Condessa S.A.	100,00%	100,00%
Águas da Imperatriz Participações S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil SPE VI S.A.	100,00%	-
Águas do Brasil SPE VII S.A.	100,00%	-

¹ Os percentuais foram fixados em duas casas decimais. ² Em 1º de março de 2024, ocorreu o fechamento da transação de compra e venda da empresa Águas de Araçoiaba S.A. (Vide Notas 1 e 13). ³ Em 31 de dezembro de 2024, a SAAB Participações e Novos Negócios S.A. foi incorporada pela SAAB. 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Beneficiárias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Infraestrutura – SAAL	5 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. Ativo de contrato: Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito do Grupo de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. Intangível: a) Sistema de água esgoto. As Concessionárias reconhecem como o ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à interpretação Técnica IPCP 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas Concessionárias. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas Concessionárias. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Outorga da concessão: Refere-se à outorga registrada no ativo intangível (Nota 14). A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas concessionárias do Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem reterendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros: Os ativos do Grupo são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da SAAB e suas controladas. 3.8. Ativos não circulantes mantidos para venda: O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando a sua recuperação se dará principalmente por meio de uma transação de

venda, em vez de seu uso contínuo. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda consistem nas despesas adicionais diretamente atribuíveis à venda, excluindo as despesas financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. 3.9. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.10. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para a empresa optante pelo lucro presumido, a investida SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda., de acordo com a legislação fiscal vigente para empresa de prestação de serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a base de cálculo para tributação é de 32% (trinta e dois por cento) do valor dos serviços prestados, acrescidos de 100% (cem por cento) das demais receitas para apuração dos impostos. O imposto de renda é calculado trimestralmente à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base apurada, tendo um imposto adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre o que exceder a sessenta mil reais em cada trimestre. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo apurada. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e a baixa na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS")¹	2,00% a 5,00%
¹ Refletem as alíquotas básicas vigentes de acordo com o município onde o serviço é prestado. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.11. Provisões: Geral: São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.12. Receita operacional: i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.13. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação, juros sobre mútuos e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.14. Demonstração do valor adicionado: A NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado recomenda, para entidade sob a forma jurídica de sociedade por ações, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Neste sentido, a Companhia preparou essas demonstrações de acordo com o CPC 09 - De-	

		Consolidado				
		Hierarquia do valor justo	31/12/2024	31/12/2023		
	Classificação por categoria		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	556.842	556.842	457.102	457.102
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	370.717	370.717	341.174	341.174
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	15.220	15.220	14.085	14.085
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.366	2.366	1.868	1.868
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	25.045	25.045	21.577	21.577
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.164	4.164	1.323	1.323
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	38.087	38.087	36.356	36.356
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	824.172	824.172	734.729	734.729
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	3.328	3.328	5.547	5.547
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	1.090.923	1.090.923	1.057.652	1.057.652
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	34.863	34.863	135.456	135.456
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	162	162	226	226
As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos autorizados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças						

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. 5.2. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação de transações por categoria), utiliza as projeções do CDI, IPCA, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, está definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil, e do Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

		Controladora			
		Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Operação	Risco				
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	40.630	46.676	45.164	48.187
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(25.013)	(28.735)	(27.804)	(29.665)
Debêntures	CDI	(212.259)	(243.843)	(235.947)	(251.739)
Passivo líquido		(196.642)	(225.902)	(218.587)	(231.231)
Efeito líquido		(29.260)	(29.260)	(21.945)	(36.575)
CDI (a.a.)			14,88%		

monstração do Valor Adicionado. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. 3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. 3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. IFRS 19 Substâncias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pelo Grupo. Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essas práticas nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas. Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pelo Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) Vida útil dos ativos intangíveis: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) Provisão para perdas esperadas de crédito para as contas a receber: O Grupo registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) Receita não faturada: As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.12 e 7. 5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria: O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

		Consolidado			
Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	556.842	639.700	618.986	660.415
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	13.677	15.712	15.203	16.221
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(235.750)	(270.830)	(262.060)	(279.600)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(263.868)	(277.220)	(273.895)	(280.571)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(737)	(848)	(820)	(875)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(276.886)	(301.086)	(295.050)	(307.150)
Debêntures e notas comerciais	CDI	(643.099)	(738.792)	(714.869)	(762.715)
Debêntures e notas comerciais	IPCA	(469.072)	(492.807)	(486.897)	(498.764)
Passivo líquido		(1.318.893)	(1.426.171)	(1.399.402)	(1.453.039)
Efeito líquido		(107.278)	(107.278)	(80.509)	(134.146)
CDI (a.a.)			14,88%		
IPCA (a.a.)			5,06%		
TJLP (a.a.)			8,74%		



CNPJ 09.266.129/0001-10

Ativo de direito de uso		Controladora					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo
Imóveis		27	(7)	20	-	-	-
Consolidado							
		Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo
Imóveis		6.983	(4.017)	2.966	11.025	(6.127)	4.898
Movimentação do ativo de direito de uso:							
Controladora							
		Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2024	
Imóveis		-	27	(7)	-	20	
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2024	
Imóveis		4.698	1.849	(3.433)	(348)	2.966	
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2023	
Imóveis		5.988	2.505	(3.419)	(176)	4.898	
12. Imobilizado							
		Taxa de depreciação anual	Taxa de depreciação anual	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos de informática	20%	1.351	(1.069)	282	213		
Máquinas e equipamentos	10%	303	(80)	223	187		
Móveis e utensílios	10%	1.069	(882)	187	218		
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	345	(275)	70	88		
		3.068	(2.306)	762	706		
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2023	
Imóveis		5.988	2.505	(3.419)	(176)	4.898	
Consolidado							
		Taxa de depreciação anual	Taxa de depreciação anual	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos de informática	20%	24.564	(16.569)	7.995	7.951		
Veículos	20%	3.804	(6.624)	2.177	2.052		
Máquinas e equipamentos	10%	1.599	(1.380)	2.303	1.595		
Móveis e utensílios	10%	10.639	(6.470)	4.169	4.123		
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	3.992	(3.304)	688	861		
Infraestrutura – SAAL	4% e 7,45%	44.101	(20.659)	23.442	25.711		
Outros imobilizados	10%	467	(467)	-	10		
Total do imobilizado em serviço		96.247	(55.473)	40.774	42.307		
Imobilizado em curso		2.328	-	2.328	1.108		
Imobilizado em curso - SAAL		2.328	-	2.328	1.115		
Estoque em poder de terceiros		98.575	(55.473)	43.102	43.422		
Total do imobilizado em curso		98.575	(55.473)	43.102	43.422		
Total do imobilizado		96.247	(55.473)	40.774	42.307		
A Infraestrutura - SAAL representa o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo dos respectivos contratos. <u>Movimentação do imobilizado:</u>							
Controladora							
		Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2024	
Equipamentos de informática		213	151	-	(82)	282	
Máquinas e equipamentos		187	76	(11)	(29)	223	
Móveis e utensílios		218	24	-	(55)	187	
Benefetorias em imóveis de terceiros		-	-	-	-	-	
Infraestrutura - SAAL		706	251	(11)	(184)	762	
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023		
Equipamentos de informática		227	60	(74)	213		
Máquinas e equipamentos		21	172	(6)	187		
Móveis e utensílios		260	45	(87)	218		
Benefetorias em imóveis de terceiros		106	-	(18)	88		
		614	277	(185)	706		
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2024	
Equipamentos de informática		7.951	2.810	(185)	(2.703)	122	7.995
Veículos		2.052	897	(16)	(706)	-	2.177
Máquinas e equipamentos		1.599	1.194	(38)	(359)	(93)	2.303
Móveis e utensílios		4.123	830	(76)	(797)	89	4.169
Benefetorias em imóveis de terceiros		861	-	-	(173)	-	688
Infraestrutura - SAAL		25.711	-	-	(2.269)	-	23.442
Imobilizado em curso - SAAL		1.108	1.220	-	-	-	2.328
Estoque em poder de terceiros		7	-	-	-	(7)	-
Outros imobilizados		10	(4)	-	-	6	-
		43.422	6.897	(315)	(7.007)	105	43.102
Consolidado							
		Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023</



CNPJ 09.266.129/0001-10

Águas e equipamentos - bens arrendados

2.169

(1.814)

355

702

Veículos

141

(141)

-

-

2.215.742

(796.426)

1.419.316

1.264.047

Movimentação do intangível:

Controladora

Saldos em 31/12/2023

Adições

Amortização

Saldos em 31/12/2024

Softwares e aplicativos

2

-

(1)

1

Desenvolvimento de projetos

13.391

1.684

(41)

15.034

13.393

1.684

(42)

15.035

Controladora

Saldos em 31/12/2022

Adições

Amortização

Saldos em 31/12/2023

Softwares e aplicativos

2

-

-

2

Desenvolvimento de projetos

9.841

3.593

(43)

13.391

9.843

3.593

(43)

13.393

Consolidado

Saldos em 31/12/2023

Adições

Amortização

Transf. ferên- cia

Reclas- sifica- ção

Saldos em 31/12/2024

Softwares e aplicativos

958

65

(14)

(337)

10

682

Softwares e aplicativos

1

-

-

-

-

1

Desenvolvimento de projetos

16.522

2.184

-

(308)

-

18.398

Outorga

339.565

13.308

(21.109)

(13.006)

-

318.758

Concessão/Infraestrutura

1.264.047

14.341

(27.335)

(102.911)

271.066

108

1.419.316

1.621.093

29.898

(48.458)

(116.562)

271.076

108

1.757.155

Consolidado

Saldos em 31/12/2022

Adições

Amortização

Transf. ferên- cia

Reclas- sifica- ção

Saldos em 31/12/2023

Softwares e aplicativos

1.075

172

-

(329)

40

958

Softwares e aplicativos

1

-

-

-

-

1

Desenvolvimento de projetos

12.888

3.676

-

(42)

-

16.522

Outorga

24.998

315.697

-

(1.130)

-

339.565

Concessão/Infraestrutura

1.039.667

9.002

(458)

(93.668)

309.491

13

1.264.047

1.078.629

328.547

(458)

(95.169)

309.531

13

1.621.093

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. 15. Ativos classificados como mantidos para venda: Em 18 de dezembro de 2023, a SAAB celebrou contrato de compra e venda com a Terracom para alienação do total de ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, foram realizados aportes de capital na controlada Águas de Araçoiaba S.A. no montante total de R\$ 10.235. A data de fechamento desta transação ocorreu em 1º de março de 2024, quando da transferência da propriedade pela vendedora para a compradora, conforme condições contratuais, e transferência da totalidade das ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A para a Terracom. Esta operação resultou em uma perda de R\$ 12.183 para a SAAB.

Balanco patrimonial da controlada Águas de Araçoiaba em 29 de fevereiro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Descrição

29/02/2024

31/12/2023

Ativos circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

78

64

Outros ativos circulantes

4.009

3.534

Ativos não circulantes

29.939

30.801

Total do ativo

34.026

34.399

Passivos circulantes

Empréstimos e financiamentos

-

9.937

Passivos de arrendamento

79

89

Outros passivos circulantes

1.559

1.617

Passivos não circulantes

Passivos de arrendamento

130

144

Outros passivos não circulantes

75

75

Total do passivo

1.843

11.862

Patrimônio líquido

32.183

22.537

Total do passivo e patrimônio líquido

34.026

34.399

Demonstração do resultado da controlada Águas de Araçoiaba em 29 de fevereiro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Descrição

29/02/2024

31/12/2023

Receita líquida

3.132

18.436

Custo dos serviços prestados

(2.794)

(15.176)

Receitas (despesas) operacionais

(719)

(6.116)

Resultado financeiro líquido

47

245

Receitas financeiras

(256)

(1.436)

Despesas financeiras

(590)

(4.047)

Prejuízo antes dos tributos

1

5

Imposto de renda e contribuição social diferidos

(589)

(4.042)

Prejuízo do exercício

-

-

16. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Materiais

18

129

6.082

11.189

Compra de água

-

-

14.850

14.534

Serviços

66

402

7.054

3.660

Infraestrutura

-

88

8.984

6.244

Outros

19

57

1.117

729

103

676

38.087

36.356

17. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito

Indexador

Juros

31/12/2024

31/12/2023

Empréstimos e financiamentos

Capital de giro

CDI

1,70% a.a.

25.013

26.782

Circulante

13

1.782

Não circulante

25.000

25.000

Arrendamentos

Arrendamentos direito

Circulante

11,62% a.a.

20

-

Não circulante

16

-

Endividamento total

25.033

26.782

Endividamento total - circulante

27

1.782

Endividamento total - não circulante

25.006

25.000

Consolidado

Linha de crédito

Indexador

Juros

31/12/2024

31/12/2023

Empréstimos e financia- mentos

FINAME PSI (a)

IPCA SELIC / TJLP

6,0% a 6,75% a.a.

4.701

7.012

BNDES automático (a)

TJLP / IPCA

4,2% e 6,0% a.a.

1.745

3.663

FINEM (a)

TJLP / IPCA

3,97% a 7,78% a.a.

534.623

466.292

CCB (b)

TR / CDI

1,02% e 10,7% a.a.

6.599

12.682

Contrato de empréstimo internacional (c)

CDI

0,8% a.a.

105.987

-

FINEP (d)

TJLP

3,0% a.a.

431

1.453

Saneamento para todos (e)

TR

8,5% a.a.

54.626

54.045

Capital de giro (f)

CDI

1,16% a 2,28% a.a.

125.748

200.990

(-) Custos de transação

(10.288)

(14.408)

824.172

734.729

Circulante

175.202

173.858

Não circulante

648.970

560.871

Arrendamentos

Arrendamentos direito de uso

Circulante

1.927

3.489

Não circulante

1.401

2.058

Endividamento total

827.500

740.276

Endividamento total - circulante

177.129

177.347

Endividamento total - não circulante

650.371

562.929

(a) As linhas de crédito FINAME PSI, BNDES AUTOMÁTICO e FINEM foram obtidas por determinadas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, bem como a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estas operações são amparadas por alienação fiduciária dos bens, cessão fiduciária de direitos creditórios, saldos em contas correntes, aplicações financeiras, vinculação da receita, caução, carta de fiança, notas promissórias avalizadas por SAAB (Controladora), (b) Contratos de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foram obtidos pelas controladas Águas de Jahu S.A., Águas das Agulhas Negras S.A. e Águas de Jahu S.A. com o objetivo de investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas ao projeto de saneamento básico e possuem como garantia aval cobrigado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) Contrato de empréstimo internacional: A Concessionária Águas da Imperatriz S.A. celebrou contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A. no valor de € 16.396 (equivalente a 100.000 na data da contratação). A taxa de juros contratada é de 3,42% a.a. e o prazo de vencimento do principal e juros é outubro de 2025. A Concessionária contratou um swap para hedge cambial, garantindo o pagamento do empréstimo em reais por um valor pré-determinado (CDI + 0,80% a.a.). Esta operação tem como objetivo financiar o capital de giro da Concessionária e possui garantia aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (d) A linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) foi obtida com o objetivo de elaboração e execução do plano estratégico de inovação da controlada Águas de Niterói S.A. e é amparada por seguro garantia. (e) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida pela controlada Águas das Agulhas Negras S.A. com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de investir em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo amparada por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (f) A Companhia e as investidas Águas do Paraíba S.A., Águas de Jahu S.A., Águas de Minas S.A., Águas das Agulhas Negras S.A., Águas de Paraty S.A., Águas da Condessa S.A., Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. possuem contrato de capital de giro, com o objetivo de assegurar suas necessidades complementares de caixa. Covenants: Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Saldo inicial

26.782

25.020

734.729

728.972

Captações

-

-

193.727

124.236

Juros e encargos financeiros

33.101

3.688

77.778

79.317

Variações monetárias e cambiais

-

-

8.418

4.380

Amortização de principal

-

-

(125.808)

(127.953)

Amortização de juros

(4.870)

(1.926)

(65.892)

(72.371)

Custo de transação

-

-

(228)

(2.854)

Amortização dos custos de transação

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Saldo inicial

25.013

26.782

824.172

734.729

Arrendamentos

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Saldo inicial

-

-

5.547

6.631

Adições

27

-

1.848

2.505

Alienação da investida CAA

-

-

(233)

-

Remensurações

-

-

(99)

(21)

Baixas

-

-

(17)

(176)

Juros e encargos financeiros

1

-

588

784

Amortização de principal

(7)

-

(3.686)

(3.424)

Amortização de juros

(1)

-

(620)

(752)

Saldo final

20

-

3.328

5.547

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos

31/12/2024

31/12/2023

Divida

Custos de transação

Total líquido

Divida

Custos de transação

Total líquido

2026

25.000

-

25.000

25.000

-

25.000

25.000

-

25.000

25.000

-

25.000

18. Debêntures e notas comerciais escriturais

Linha de crédito

Indexador

Juros

31/12/2024

31/12/2023

Debêntures

Não conversíveis em ações

Juros e participações

Custos de transação a apropriar

Total de debêntures

Circulante

Não circulante

Notas comerciais escriturais

Principal

Juros e encargos

Custo de transação a apropriar

Total de notas comerciais escriturais

Circulante

Não circulante

Endividamento total

Endividamento total - Circulante

Endividamento total - Não circulante

A movimentação das debêntures é como segue:

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Saldo inicial

263.386

278.373

572.403

589.117

Captações

-

-

153.900

-

Custos de transação

-

-

(7.328)

-

Juros e encargos financeiros

29.745

39.908

73.380

73.731

Variações monetárias

-

-

47

359

Amortização de principal

(52.597)

(14.287)

(76.698)

(31.474)

Amortização de juros

(32.024)

(41.385)

(56.079)

(61.065)

Amortização dos custos de transação

737

777

2.272

1.735

Saldo final

209.247

263.386

661.897

572.403

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Saldo inicial

485.249

285.805

485.249

285.805

Captações

-

-

200.000

-

Juros e encargos financeiros

-

-

53.500

41.884

Amortização de principal

-

-

(77.143)

-

Amortização de juros

-

-

(34.070)

(41.476)

Custos de transação

-

-

(49)

(1.576)

Amortização dos custos de transação

-

-

1.539

6

Saldo final

429.026

485.249

429.026

485.249

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Divida

Custos de transação

Total líquido

Divida

Custos de transação

Total líquido

2025

-

-

62.767

(1.394)

61.373

2026

63.928

(2.173)

61.755

63.060

(1.393)

61.667

2027

68.138

(2.152)

65.986

63.468

(1.393)

62.075

Após 2027

472.724

(12.891)

459.833

307.169

(8.571)

298.598

604.790

(17.216)

587.574

496.464

(12.571)

483.973

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

Controladora

Consolidado

31/12/2024

31/12/2023

31/12/2024

31/12/2023

Divida

Custos de transação

Total líquido

Divida

Custos de transação

Total líquido

2025

-

-

277.143

(1.302)

275.841

2026

77.143

(434)

76.709

77.143

(563)

76.580

2027

38.571

(78)

38.493

38.571

(90)

38.481

Após 2027

115.714

(512)

115.202

392.857

(1.955)

390.902

Debêntures: a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.; (i) 3ª emissão de debêntures: Em 6 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 6 de maio de 2019, com debêntures no valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais), perfazendo o total de R\$ 50.000. As debêntures foram emitidas com prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 5 de maio de 2021 e, em relação aos juros remuneratórios, em 5 de novembro de 2019. Este contrato foi firmado sem atualização monetária do principal e com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos foram captados para serem utilizados em suas atividades, refinanciamento do passivo financeiro e reforço de seu caixa. Este contrato teve o seu término em maio de 2024. (ii) 4ª emissão de debêntures: Em 13 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Simplicific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 13 de março de 2022, considerando a data de emissão das debêntures o dia 16 de março de 2022, com debêntures no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 250.000. As debêntures têm prazo de vencimento de sete anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 16 de março de 2024 e, em relação aos juros remuneratórios, em 16 de setembro de 2027. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 2,33% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos em sociedades controladas pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., refinanciamento de dívidas e/ou reforço de caixa da Companhia e/ou de suas controladas. b) Controlada Águas de Niterói S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 5.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais). As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas de Niterói S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento ambiental, sendo a primeira parcela devida em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. c) Controlada Águas do Paraíba S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 153.900. As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044. O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027. O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 15 de maio de 2024, foram emitidas 153.900 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 153.900. As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044. O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027. O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 15 de maio de 2024, foram emitidas 153.900 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 153.900. As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044. O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027. O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 15 de maio de 2024, foram emitidas 153.900 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 153.900. As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044. O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027. O valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (i) 1ª emissão de debêntures: Em 15 de maio de 2024, foram emitidas 153.900 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 153.900. As debêntures apresentam prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 15 de maio de 2044. O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 35 (trinta e cinco) parcelas consecutivas e semestrais, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da data emissão, ou seja, a partir de 15 de maio de 2027. O



SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CNPJ 09.266.129/0001-10

22. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	16.737
Trabalhistas	1.113
Tributárias	307
	18.157

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	821	707	342.551
Tributárias	-	-	372.946
Trabalhistas	216	118	12.599
Ambientais	-	-	385
	1.037	825	398.276

As principais causas possíveis são descritas a seguir: a) **Causas cíveis:** As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 111.436 (R\$ 98.678 em 2023); (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 14.152 (R\$ 10.685 em 2023); (iii) multiplicação de economias, totalizando R\$ 330 (R\$ 34.834 em 2023); (iv) serviços de água e esgoto, totalizando R\$ 31.731 (R\$ 22.005 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 38.279 (R\$ 25.840 em 2023); (vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 43.682 (R\$ 25.086 em 2023); (vii) cobrança, totalizando R\$ 12.835 (R\$ 8.722 em 2023); e (viii) outros processos (contratos administrativos, execução fiscal, anulação de procedimento licitatório e etc.), totalizando R\$ 128.165 (R\$ 116.701 em 2023). b) **Causas tributárias:** Controlada Águas do Imperador S.A.: Processo 15563.720125/2019-70: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R\$ 71.949 (R\$ 46.328 em 2023). Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. De acordo com a avaliação da Concessionária e de seus assessores legais, é provável a impugnação e posterior cancelamento do processo. Desta forma, a probabilidade de perda é considerada remota. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda.: Processo 15521.720004/2020-58: Autos de Infração de IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa era de R\$ 3.307 em 2023. Em 23 de abril de 2024, foi realizada a sessão em que a impugnação foi julgada procedente. Com isso, o auto de infração foi cancelado e, em 27 de maio de 2024, os autos foram arquivados. Controlada Águas do Paraíba S.A.: Processo 10725.720766/2020-44: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R\$ 34.077 (R\$ 31.366 em 2023). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. De acordo com a avaliação da Concessionária e de seus assessores legais, é provável a impugnação e posterior cancelamento do processo. Desta forma, a probabilidade de perda é considerada remota. Controlada Águas de Niterói S.A.: Processo 15563.720122/2019-36: Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela Concessionária em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa era de R\$ 272.815 em 2023. Em setembro de 2024 foi realizada a sessão em que a impugnação foi julgada procedente. Com isso, o auto de infração foi anulado. 23. **Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago pelo Grupo o montante total de R\$ 30.339 (R\$ 29.650 em 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	15.416	13.505	22.879
Encargos sociais	4.344	3.860	6.433
Plano de saúde	173	202	382
Plano de previdência privada	300	264	434
Outros	128	106	212
	20.361	17.937	30.340

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:			
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber			
Águas do Imperador S.A.	31.486	12.500	-
Águas do Paraíba S.A.	62.918	15.576	-
Concessionária Águas de Jutumaíba S.A.	19.497	12.291	-
Águas de Niterói S.A.	80.942	33.050	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	17.677	15.457	-
Águas de Votorantim S.A.	8.210	6.157	8.210
Águas de Nova Friburgo Ltda.	16.279	10.978	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	301	298	-
F.A.B. Zona Oeste S.A.	5.867	5.866	5.867
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	-	11	-
Águas de Pará de Minas S.A.	14.413	7.847	-
Águas da Condessa S.A.	797	-	-
Dotum Participações S.A.	1.171	-	-
	259.558	121.202	14.077

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos com partes relacionadas			
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	2.916	95	-
Águas da Imperatriz S.A.	45	2.288	-
Águas da Imperatriz Participações S.A.	12	12	-
Águas de Votorantim S.A.	-	-	278
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	17	17	2.088
	2.990	2.412	2.366
	262.548	123.614	16.443

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo circulante			
Ativo não circulante:			
Contratos de mútuo			
F.A.B. Zona Oeste S.A.	25.045	21.577	25.045
Total do ativo não circulante	25.045	21.577	25.045

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo	287.593	145.191	41.488

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante:			
Obrigações com acionistas			
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	-	2.118
ERG Participações Ltda.	-	-	3.974
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	-	2.322
Ercó Engenharia S.A.	-	-	482
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	402

Synval Filgueiras De Moraes Junior	-	-	3.255	1.237
Marcelo Borja Filgueiras De Moraes	-	-	4.341	1.648
Silvane Borja Filgueiras De Moraes Noll	-	-	3.255	1.237
Developer S.A.	17.000	20.618	17.000	20.618
New Water Participações Ltda.	4.023	4.880	4.023	4.880
	21.023	25.498	40.690	33.410

Débitos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	821	383	-	-
Águas de Votorantim S.A.	-	-	23	40
Águas do Imperador S.A.	-	5	-	-
Águas do Paraíba S.A.	-	3	-	-
Águas de Niterói S.A.	-	53	-	-
Águas de Nova Friburgo S.A.	-	10	-	-
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	-	-	139	186
	821	454	162	226
	21.844	25.952	40.852	33.636

Total do passivo circulante				
Passivo não circulante:				
Contratos de mútuo				
TGS-Tecnologia e Gestão de Saneamento Ltda.	-	44	-	-
Total do passivo não circulante	-	44	-	-
Total do passivo	21.844	25.996	40.852	33.636

Movimentação do ativo de mútuo:

Controladora e Consolidado		Saldos em		Saldos em	
		31/12/2023		31/12/2024	
Mutuário	Mutuante	Juros	IOF	Juros	IOF
F.A.B. Zona Oeste S.A.	SAAB	21.577	3.344	124	25.045

Controladora e Consolidado		Saldos em		Saldos em	
		31/12/2023		31/12/2024	
Mutuário	Mutu-ante	Juros	IOF	Amor-tização	IRRF
F.A.B. Zona Oeste S.A.	SAAB	23.384	3.266	117	5.155

Movimentação do passivo de mútuo:

Controladora		Saldos em		Saldos em	
		31/12/2023		31/12/2024	
Mutuário	Mutuante	Juros	Amortização	IRRF	
SAAB	TGS	44	(44)	(1)	-

Controladora		Saldos em		Saldos em	
		31/12/2023		31/12/2023	
Mutu-ário	Mutu-ante	Juros	IOF	Amor-tização	IRRF
SAAB	TGS	266	45	16	(274)

A Controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. presta serviços de contrato de gestão (*Management Fee*) para as Companhias, conforme apresentado abaixo:

Controladora		31/12/2024		31/12/2023	
Resultado com partes relacionadas					
Águas de Niterói S.A.		30.086	28.027		
Concessionária Águas de Jutumaíba S.A.		10.656	9.653		
Águas do Paraíba S.A.		16.009	14.703		
Águas do Imperador S.A.		8.552	7.709		
Águas das Agulhas Negras S.A.		4.157	3.785		
Águas de Araçoiaba S.A.		75	856		
Águas de Nova Friburgo Ltda.		7.286	6.735		
SANEJ - Saneamento de Jaú Ltda.		463	542		
Concessionária Águas de Paraty S.A.		865	759		
Águas de Jahu S.A.		5.546	5.043		
Águas de Pará de Minas S.A.		3.820	3.373		
Águas de Votorantim S.A.		1.344	1.197		
Águas da Condessa S.A.		1.190	984		
Águas da Imperatriz S.A.		2.618	-		
Total resultado com partes relacionadas		92.667	83.366		

As Companhias possuem contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC), nos moldes de um Centro de Serviços Compartilhados (CSC), para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística. 24. **Patrimônio líquido:** a) *Capital social:* O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 611.000 e estão representados por 172.975.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme disposto abaixo.

Quantidade de ações		Participação	
(unidades)			
Developer S.A.	122.627.097	71%	
New Water Participações Ltda.	29.022.849	17%	
Ações em tesouraria	21.325.444	12%	
	172.975.390	100%	

b) **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) **Reserva para investimentos:** A Companhia constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar as atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos. d) **Dividendos:** Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo nº 26 do Estatuto Social. Em 15 de abril e 6 de dezembro de 2024, foram pagos R\$ 10.000 e R\$ 25.000, respectivamente, a título de dividendos intercalares, correspondentes ao lucro do exercício de 2024. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	235.888	191.571	
Constituição da reserva legal - 5%	(11.794)	(9.578)	
Base de cálculo dos dividendos	224.094	181.993	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	56.023	45.498	

e) **Reserva para retenção de lucro:** Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Companhia retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	93.564	84.165	2.082.002
Receita de construção	-	-	300.129
Cancelamentos	-	-	(22.630)
	93.564	84.165	2.359.501
PIS e COFINS sobre serviços	(8.655)	(7.786)	(196.981)
Imposto sobre serviços	(4.678)	(4.208)	(5.464)
Descontos concedidos	-	-	(38.118)
	80.231	72.171	2.118.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(9.956)	(8.918)	
Onus da concessão	(38.112)	(40.400)	
Energia elétrica	(127.984)	(104.811)	
Custo de construção	(300.129)	(257.945)	
Compra de água	(128.732)	(125.362)	
Materiais aplicados nos serviços	(63.282)	(61.583)	
Salários e benefícios a empregados	(175.008)	(164.807)	
Utilização de imóveis e telefonia	(2.505)	(2.135)	
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(36.934)	(32.638)	
Serviços de terceiros	(70.155)	(67.020)	
Depreciações e amortizações	(110.805)	(91.066)	
Outros custos	(2.918)	(3.744)	
	(1.066.520)	(960.429)	

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(56.285)	(51.025)	(204.196)
Utilização de imóveis e telefonia	(236)	(333)	(4.493)

Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(680)	(596)	(9.149)
Serviços de terceiros	(11.508)	(14.040)	(100.412)
Despesas com contencioso	-	(23)	(10.404)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(820)	(754)	(3.152)
Depreciações e amortizações	(214)	(206)	(6.055)
Provisão de perdas esperadas de crédito das contas a receber	-	-	(81.610)
Reversão de contingências	-	-	4.946
Outras despesas	(5.470)	(6.568)	(59.540)
	(75.213)	(73.545)	(474.065)

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras			
Juros com aplicações financeiras	2.238	3.117	54.013
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(4.654)	(4.316)	(8.477)
Juros e multas vinculadas à operação	-	-	24.584
Juros sobre mútuos	3.344	3.266	3.344
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	353
Variação monetária sobre outros ativos	1.137	815	4.729
Ganhos com operações de swap	-	-	1.431
Ganho com derivativos	-	-	4.270
Outras receitas financeiras	1	-	747
	2.066	2.882	84.994

Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(32.846)	(43.596)	(150.384)
Juros sobre arrendamentos	(1)	-	(546)
Juros de mútuo	(1)	(16)	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.885)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(2.933)
Atualização monetária das contingências	-	-	4.918
Tributos sobre operações financeiras	(16)	(16)	(1.802)
Descontos concedidos	-	-	(5.716)
Perda com operações de swap	-	-	(53)
Perda com derivativos	-	-	(1.429)
Comissão e escrituração	(117)	(158)	(466)
Outras despesas financeiras	(867)	(860)	(6.999)
	(33.848)	(44.646)	(171.295)